



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

SET/OUT 2014

NÚMERO 5

ISSN 2182-8199

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

CARLOS CAMPONEZ, DAVI PADILHA
BONELA, DANIEL RAMIREZ, ELÍSIO
MACAMO, FÁTIMA PROENÇA, HANS ZOMER,
LINDA RAFTREE, LOLA HUETE MACHADO,
PAULO NUNO VICENTE, VANESSA MOREIRA,
GRUPO DE TRABALHO AIDWATCH DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD,
GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA
AZEVEDO

TRADUÇÃO NÉLIA RIBEIRO, VANESSA
MOREIRA

REVISÃO LILIANA AZEVEDO, NÉLIA
RIBEIRO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

NÉLIA RIBEIRO ASSISTENTE DE
PROJECTO /
NELIA.RIBEIRO@PLATAFORMAONGD.PT

[CAPA]

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014

3
EDITORIAL

4
DOSSIER ‘COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO’

16
BOAS PRÁTICAS

18
EM REDE

21
AIDWATCH

22
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

24
PUBLICAÇÕES

25
AGENDA

A comunicação está hoje acessível a um maior número de pessoas, graças à democratização das novas tecnologias. A *Internet*, os *smartphones* e as redes sociais transformaram radicalmente a forma como hoje comunicamos, sejamos jornalista, organização ou simples cidadão. O fluxo de informações de toda a ordem é constante e está em permanente actualização. Convém no entanto parar para pensar o que comunicamos e como o comunicamos.

O tema do dossier de capa – Comunicação e Desenvolvimento – é um convite para reflectirmos sobre a importância da Comunicação na área do Desenvolvimento a partir de duas ópticas. A primeira foca a comunicação das ONGD, vista como a necessidade de pensarem a comunicação como meio ao serviço do Desenvolvimento, o que é muito mais do que uma forma de prestar contas aos *stakeholders* ou de angariar fundos. A segunda óptica é a da importância do Desenvolvimento na Comunicação, ou seja, de que forma promover uma aproximação dos *media mainstream* às realidades diversas do Desenvolvimento – em particular das que não têm normalmente espaço nos meios de comunicação portugueses – e dar voz àqueles que geralmente não têm voz na agenda mediática.

No dossier desta edição, cruzamos olhares de profissionais de comunicação, profissionais de ONGD e da academia sobre este campo ainda em construção. O dossier abre com um artigo do jornalista e professor universitário Carlos Camponez que questiona a relação entre jornalismo e Desenvolvimento e apela a uma mútua cooperação entre jornalismo e ONG. Segue-se um texto de Paulo Nuno Vicente, documentarista e professor universitário, que reflecte sobre o posicionamento das ONGD perante os “*eu-media*” na era da multiplicação comunicacional. Fátima Proença,

dirigente associativa, aborda a comunicação sobre o Desenvolvimento pelo lado do que *não é* e aponta sete máscaras possíveis da comunicação das ONGD. Por seu lado, os *bloggers* Linda Raftree e Daniel Ramirez analisam aquilo que chamam “a pornografia da pobreza”, associada a certas campanhas de angariação de fundos. O dossier termina com duas entrevistas: Elísio Macamo, professor de Estudos Africanos, apela à “humildade de reconhecermos que sabemos pouco sobre as coisas” e Lola Huete Machado, jornalista e *blogger*, denuncia a escassa cobertura mediática e a visão parcial sobre o continente africano.

Nesta edição, damos também a conhecer duas boas práticas: a experiência “mídia cidadã” da organização *Global Voices*, que tem por objectivo dar voz às comunidades menos representadas *online* e, por outro lado, as editoriais criadas por alguns meios de comunicação social de referência – em Espanha e no Reino Unido – para dar espaço aos temas relacionados com o Desenvolvimento.

Na rubrica Em Rede, destacamos a experiência da rede PANOS e da plataforma irlandesa DÓCHAS, que criou o serviço noticioso “The World’s Best News”.

Fechamos esta edição com artigos do Grupo de Trabalho Aidwatch e do Grupo de Trabalho Educação para o Desenvolvimento.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

ENTREVISTA AO FORMADOR JORGE DUQUE: FORMAÇÃO AGRO-ALIMENTARES.
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, TERRAS DENTRO. 2012



JORNALISMO (DES)ENVOLVIMENTO

CARLOS CAMPONEZ

PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E JORNALISTA

O jornalismo, em particular o inspirado nos modelos ocidentais de tradição liberal, tem uma tendência para se relacionar de uma forma cínica com as questões do desenvolvimento. Essa relação reflecte uma tensão resultante de, pelo menos, dois aspectos relevantes, talvez insanáveis: um de natureza política e organizacional implícita no próprio conceito de desenvolvimento; outro fundado nos pressupostos normativos do próprio jornalismo.

Se, genericamente, perguntarmos a um jornalista se o jornalismo deve contribuir para o desenvolvimento, estou em crer que a maioria dirá, numa primeira abordagem do tema, naturalmente que sim. Talvez adiante, ainda no plano dos princípios, que não só deve contribuir como é um factor importante de desenvolvimento das sociedades em que se insere.

PERVERSIDADES DA DISTANCIAÇÃO E DO ENVOLVIMENTO

Reacção muito provavelmente diferente será de esperar se a pergunta efectuada acima for se o jornalismo se deve envolver nas causas do desenvolvimento. A noção de desenvolvimento sempre foi problemática no jornalismo, em particular na história recente, não sem alguma razão. Em primeiro lugar, porque o próprio conceito de desenvolvimento se tornou política-

mente polissémico e poucas vezes consegue ser suficientemente mobilizador, a não ser na sua formulação genérica distante das suas implicações pragmáticas.

‘OS ACTORES DO DESENVOLVIMENTO [...] TÊM DE RENOVAR A SUA CAPACIDADE DE DAR RESPOSTA A UMA SOCIEDADE COM ACESSO PERMANENTE A CANAIS DE INFORMAÇÃO [...] PROCURAR NOVOS PÚBLICOS, NOVAS ABORDAGENS E NOVAS FERRAMENTAS.’

Existem na história do jornalismo razões que justificam a distanciação dos jornalistas relativamente ao envolvimento nas causas do *desenvolvimento*. A história do jornalismo para o desenvolvimento, que assumiu um debate muito vivo nas décadas de 70 e 80 no seio da UNESCO, e a instrumentalização de que foi alvo em países de essência autoritária, fazendo calar as vozes discordantes sob o argumento de que comprometiam a mobilização social em torno do objectivo do desenvolvimento, é talvez o exemplo mais acabado dessa acesa controversa. Não obstante a crítica acertada que os países em desenvolvimento fizeram relativamente aos

desequilíbrios informativos existentes na circulação da informação no mundo e aos pressupostos sobre os próprios critérios noticiosos preponderantes nos países ocidentais, dir-se-ia que, do ponto de vista das soluções concretas, o jornalismo para o desenvolvimento nunca conseguiu impor-se como uma alternativa, em grande medida porque não conseguiu resolver os perigos das perversões que continha no seu interior.

Neste sentido, o jornalismo sentiu-se mais tranquilo em posicionar-se fora do campo das estratégias comunicativas gerais destinadas a promoverem o desenvolvimento, mantendo a sua autonomia face aos objectivos com sede quer no domínio político quer nas organizações não-governamentais, estas últimas cada vez mais profissionalizadas. Este posicionamento permite ao jornalismo exercer o seu papel crítico face às políticas de desenvolvimento, mas nem sempre o defende das críticas dos que o acusam de usar a sua liberdade em favor de causas menos dignificantes, distantes do interesse comum.

‘O JORNALISMO E O DESENVOLVIMENTO CONTINUARÃO NO IMPASSE QUE DECORRE DOS RISCOS DA PERVERSÃO DE UM JORNALISMO ENVOLVIDO EM CAUSAS (SEJAM ELAS AS DO DESENVOLVIMENTO OU OUTRAS) E DA RESPONSABILIDADE DE CONTRIBUIR PARA O PROGRESSO DAS SOCIEDADES EM QUE SE INTEGRA.’

ULTRAPASSAR DESCONFIANÇAS PELO DIÁLOGO

A queda do Muro de Berlim consagrou a ideia liberal de que a livre circulação das ideias e da informação é o desiderato suficiente para promover o desenvolvimento. Esta noção não é por si errada. Porém, por vezes, ela não entra em verdadeira linha de conta com algumas realidades localmente situadas, em países e regiões do mundo que se encontram em

grande desvantagem para tirar partido da informação disponível hoje. Este princípio liberal muito menos encontra uma resposta eficaz quando falamos da necessidade de promover políticas destinadas a queimar etapas no desenvolvimento, de modo a permitir que muitos cidadãos do mundo consigam aceder a níveis de bem-estar suficientes e de autonomia capazes de fazerem deles os verdadeiros donos do seu destino.

Talvez possamos dizer que o jornalismo e o desenvolvimento continuarão no impasse que decorre dos riscos da perversão de um jornalismo envolvido em causas (sejam elas as do desenvolvimento ou outras) e da responsabilidade de contribuir para o progresso das sociedades em que se integra.

Este impasse só me parece ultrapassável a partir de um empenhamento livre, responsável, transparente e de respeito entre jornalistas e as organizações promotoras de desenvolvimento. As desconfianças mútuas são, em primeiro lugar, legítimas, porque fundadas em pressupostos diferentes de perceber, realizar e responder às expectativas acerca do papel social que cabe a uns e a outros. No entanto, essa legitimidade impõe um diálogo acrescido procurando perceber os campos específicos de actuação de cada um e os espaços possíveis de cooperação. E, acerca disso, quer o jornalismo quer as organizações não-governamentais também já acumularam uma experiência suficiente que merece ser sistematizada, de modo a delinear os pressupostos éticos de uma mútua cooperação que vá para além dos interesses do momento de cada uma das partes.

QUE DESENVOLVIMENTO É POSSÍVEL COMUNICAR?

PAULO NUNO VICENTE

DOCUMENTARISTA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
FUNDADOR E DIRECTOR DOS BAGABAGA STUDIOS

Vivemos um tempo de sobrelotação e de paralisia. Nunca como hoje terá sido tão diariamente abundante a partilha mediaticizada de ideias e objectos. Habitam-nos centenas de estímulos audiovisuais, fragmentos digitalizados de mundo e de visões pessoais, mais ou menos coesos, mais ou menos verificados, mais ou menos relacionáveis com um referente “real”.

Nesta sociedade transbordante, descrita por Henri-Pierre Jeudy, não são já apenas os “discursos políticos e jornalísticos que se esforçam por conjurar toda a falha, toda a impressão de vazio ou de irreabilidade na interpretação dos acontecimentos”. A eles se juntam, com acesso directo e em multiplicados dispositivos e plataformas, as expressivas vozes dos que, até há pouco, eram tidos como “as massas”, historicamente deserdadas dos meios de comunicação que lhes permitiriam narrar a *sua* História.

Vimo-lo, com frequência, durante a denominada “Primavera Árabe”. Somos capazes de decifrar como seria hoje distinta a escrita de uma História em directo se, entre Abril e Julho de 1994, durante o genocídio, proliferassem no Ruanda os telemóveis ligados às redes digitais mundiais?

Hoje, *vemos* permanentemente testados os limites da nossa (in)credulidade. O campo da imagem sobre o “real” encontra-se particularmente em estado gasoso, simultaneamente enriquecido pela profusão de olhares publicados e vulnerabilizado pela indistinção no propósito do *clic*: *fotografia* ou *disparo*? Documento ou *souvenir*? *Preservar* ou *exibir*?

Sobre a nossa civilização, que sinal emite a publicação diária de 350 milhões de imagens no Facebook? E que sinal emite, em 2014, a desclassificação de 8% dos finalistas do World Press Photo por manipulação digital das suas fotografias?

Ao contrário do que sucedeu nos séculos XIX e XX, com o advento e a disseminação da imprensa popular, da rádio e da televisão, em 2014 não somos já apenas habitados mediaticamente: em boa medida, os *media* somos nós.

‘MANTÊM-SE E AGUDIZAM-SE
MUITAS DAS DESIGUALDADES
CARACTERÍSTICAS DO SÉCULO XX,
COMO SEJA, PARA O QUE AQUI
NOS É SIGNIFICATIVO, O DIREITO
HUMANO À INFORMAÇÃO LIVRE,
INDEPENDENTE E PLURAL.’

De um modo progressivamente naturalizado, são as nossas vidas, nas suas extensões pública, privada e íntima, a receita de sucesso das redes sociais *online*: o repositório é-nos disponibilizado como uma tela em branco e sem preço indicativo. Tratamos nós próprios de nelas arquivar as entradas que constroem a *persona* do nosso presente e uma História do Quotidiano do nosso futuro – “it’s free and always will be”. Quão *livre* é o *grátis*?

Ao longo das últimas duas décadas, arriscamos ter sido capazes de aplicar à comunicação, à informação, e à cultura uma inversão da teoria populacional de Malthus: excedem hoje os recursos-*media* disponíveis as nossas necessidades fundamentais de compreensão do mundo? É legítimo falarmos de excedentes comunicacionais? E em que medida a multiplicação comunicacional torna insustentável a própria capacidade de comunicação e de compreensão entre humanos?

Não se trata, em todo o caso, de um “excesso” integral ou, para recorrer à terminologia de Jeudy, de uma transbordância universal e justa: mantêm-se e agudizam-se muitas das desigualdades características do século XX, como seja, para o que aqui nos é significativo, o direito humano à informação livre, independente e plural.

Há que questionar: como se posicionam as ONGD perante aquela superficial velocidade dos *eu-media*, com as redes sociais *online* na linha da frente? E como se posicionam perante agendas de representação coexistentes, com os meios de comunicação social à cabeça? Reiteração ou alternativa?

Da minha experiência internacional de uma década, cruzando-me no terreno *com* ou sendo parceiro directo *em* projectos de *comunicação sobre desenvolvimento* – termo que daria para um outro ensaio em direito próprio – os factos superam as boas intenções.

‘A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS JUSTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO REQUER COMPROMISSO INTELLECTUAL, TEMPO DE AVALIAÇÃO E RECURSOS MATERIAIS.’

Casos há em que a profissionalização nos departamentos de comunicação, por via da contratação de *skills* individuais e/ou institucionais (estrelas da televisão, agências de conteúdos), deu origem a *materiais* tecnicamente sofisticados, dissolvendo-se contudo um sentido ético do *desenvolvimento* inerente: *fazer um vídeo* ou *conceber e realizar um documentário*?

Outros casos há também em que o voluntarismo se defronta com a escassez. A construção de narrativas justas sobre desenvolvimento requer compromisso intelectual, tempo de avaliação e recursos materiais. Raros são os projectos em que os três se reúnem à mesa.

Há também um fenómeno relevante para uma sociologia da comunicação das ONGD: o efeito *copy-cat*: “A organização X produziu um Y. Vamos fazer também”. E este não estará, certamente, dissociado de males maiores numa *industrialização da cooperação*.



REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS. MOÇAMBIQUE. OIKOS

7 MÁSCARAS DA NOSSA COMUNICAÇÃO

FÁTIMA PROENÇA

DIRECTORA EXECUTIVA DA ACEP – ASSOCIAÇÃO PARA A
COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

Comecemos por clarificar três pontos de partida desta reflexão: um primeiro é que ela é feita com um conjunto considerável de experiências no tema, mas essa não é a sua área de especialidade nem de intervenção principal; um segundo é o de que a comunicação será abordada como ferramenta das ONGD enquanto organizações cívicas; o terceiro é que o foco não é o da comunicação institucional das ONGD (ou “corporativa”, como já vimos referir em trabalhos académicos – no melhor pano cai a nódoa...), mas sim uma ferramenta importante para tornar mais efectiva a nossa intervenção, articulando a recusa de visões imediatistas de “eficácia” e a defesa dos valores que são permanentes.

A abordagem aqui é propositadamente pelo lado do que não é, não deve ser, para nós, comunicação. E simbolicamente escolhemos a ideia das máscaras. Só a escolha da 1ª máscara é propositada, para as outras a ordem é aleatória.

1ª MÁSCARA: A COMUNICAÇÃO – UMA QUESTÃO ‘TÉCNICA/CRÍATIVA’

Da definição identitária das ONGD faz parte uma matriz de valores, que são supostos enformar as nossas diversas áreas de intervenção. A comunicação, como tal, não pode ser realizada em condições diferentes, que a transformem numa questão “dos técnicos e criativos da comunicação”, algo orgânica e diria mesmo ideologicamente autónomo, dos valores em que nos revemos. Ainda mais importante, na “sociedade do espectáculo”, de que falava Debord há já 40 anos, quando ainda não estávamos afogados num mar de empresas de “comunicação”.

2ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA OCULTAR

Relembro uma das primeiras iniciativas da organização em que participo, com o objectivo de conceber formas adequadas de comunicar com a sociedade portuguesa, à volta do ano 2000 - num projecto de reportagens ilustradas, para desocultar iniciativas, pessoas, organizações, que nos PALOP, de forma persistente, corajosa, inovadora, mudam o quotidiano das suas comunidades. Não é por isso despreocupadamente que vemos iniciativas/biombo com o objectivo inverso – o de ocultar: (os nossos) problemas, erros, dificuldades, por vezes até ocultando quem somos.

‘A ABORDAGEM AQUI É
PROPOSITADAMENTE PELO LADO
DO QUE NÃO É, NÃO DEVE SER,
PARA NÓS, COMUNICAÇÃO. E
SIMBOLICAMENTE ESCOLHEMOS A
IDEIA DAS MÁSCARAS.’

3ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA COMOVER

A ideia da moral judaico-cristã (que marca culturalmente a nossa sociedade), de que somos seres humanos porque nos comovemos com a desgraça dos outros, está muito presente na comunicação de organizações que se definem como humanitárias. E o problema é exactamente qual o conceito de “humanitário” subjacente: um espelho que nos valoriza, a partir da preocupação pelos outros, diminuídos nas suas capacidades e dignidade? O recurso à imagem fotográfica ou televisiva degradante, de crianças, velhos, ou mulheres grávidas, é por demais conhecido e nunca suficientemente repudiado.

4ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA CHOCAR

Com pontos em comum com a anterior, e recorrendo por vezes a técnicas com alguma sofisticação, com ou sem imagens, é a comunicação pelo exagero, pelo recurso aos extremos como se fossem norma, que vende a árvore pela floresta – numa lógica de “quanto pior melhor”, para eficácia imediata dos resultados

pretendidos. O recurso a estatísticas, gráficos, que garantem um ar científico, é muito comum neste tipo de abordagem, que é redutora da realidade.

5ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA EXISTIR

Ou: “comunico, logo existo”, parece ser uma ideia em progressão na época da comunicação instantânea. Aqui não importa o que se comunica, para quem se comunica: importa comunicar, como prova de existência. Na época da aprovação da lei das ONGD, ter estatuto legal e um plano de actividades era demonstração suficiente de existência. Se tal não foi ainda “revogado”, hoje acrescenta-se: ter um plano de comunicação ou, mais propriamente, um plano de visibilidade.

6ª MÁSCARA: COMUNICAR COMO QUEM VENDE

O recurso a algumas técnicas de campos diferentes corre o risco de permitir que se diluam fronteiras entre coisas que

não são, por natureza, a mesma coisa. E a sua utilização por organizações cívicas não é indiferente – por exemplo, não é indiferente se estamos a fazer comunicação, *marketing* (incluindo o institucional) ou relações públicas. A publicidade, aplicada no campo em que existimos, pode vender imagem ou projectos, mas vende mais do que isso – pode vender uma parte do que somos e desumanizar o que nos move.

7ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA COMPETIR

O crescimento do papel das ONGD, num quadro de conquista de terreno por parte da ideologia do “menos Estado” em simultâneo com o elogio da iniciativa privada, cria o risco de tornar a competição em algo dominante, transversal, configurando uma mudança da própria natureza de organizações cívicas que intervêm no desenvolvimento. É que, neste contexto, o desenvolvimento passou a ser – para muitos – um mercado e a comunicação uma ferramenta de competição pura e simples.



CICLO DE CINEMA 'DIREITOS E DESENVOLVIMENTO/CINE-ONU'. PORTUGAL. PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014

QUANDO A ANGARIAÇÃO DE FUNDOS AMEAÇA A DIGNIDADE ¹

LINDA RAFTREE

ANTROPÓLOGA E AUTORA DO BLOG “WAIT...WHAT?”

DANIEL RAMIREZ

ESTUDANTE NO OFFICE OF MULTICULTURAL STUDENT AFFAIRS
OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO

Quase todas as pessoas já viram fotografias de crianças africanas magricelas a serem consoladas por estrelas de Hollywood. Imagens como estas são eficazes quando se pretende levar as pessoas a doar. Se o sucesso fosse medido em lucros conseguidos, então a “pornografia da pobreza” (nome para este tipo de imagens e histórias que exploram o sofrimento pessoal causado pela pobreza) seria de facto um grande sucesso. No entanto, a angariação de fundos não é o objectivo final das organizações sem fins lucrativos. Ao utilizarem estas tácticas, o que as organizações ganham em fundos, as comunidades mais pobres perdem em dignidade, empoderamento e voz. Quando a pornografia da pobreza satura os media, essas imagens tornam-se a história única dos mais pobres.

OS EFEITOS DA PORNOGRAFIA DA POBREZA A pornografia da pobreza é um modo eficaz para angariar fundos porque suscita fortes respostas emocionais. No entanto, pode constituir um problema porque as pessoas não são necessariamente levadas a ajudar ou a doar por entenderem completamente o trabalho real que está a ser realizado. Em vez disso, agem por sentimento de pena e culpa. Em última análise, esta técnica é um atalho para obter os fundos necessários. Funciona para esse fim, mas não encoraja uma ligação humana mais profunda e mais igualitária entre diferentes culturas e pessoas. Pelo contrário, consolida os estereótipos existentes acerca da pobreza e dos povos.

DINÂMICAS DE PODER. As relações de poder estão inerentemente em acção quando quem tem acesso a mais re-

ursos ajuda quem tem menos. As pessoas mais ricas e poderosas estão geralmente habituadas a tomar decisões sobre o que é necessário fazer na comunidade que estão a ajudar e, em contrapartida, os indivíduos ou grupos que recebem essa ajuda podem sentir que não se podem expressar sobre aquilo que realmente querem que seja feito.

VOZ DA COMUNIDADE. É preciso confiar nas comunidades para que falem por si próprias. Os agentes externos devem deixar de ditar o que os membros da comunidade podem dizer. Uma história completa só pode ser transmitida através de múltiplos pontos de vista, mas a perspectiva dos mais pobres tem estado historicamente ausente. As redes sociais têm desempenhado um papel ao abrir alguns destes canais servindo de plataforma para mais vozes.

PERCEPÇÕES. Para causar mudança, as agências de Desenvolvimento têm de reflectir sobre o modo como se vêem a si mesmas, às comunidades com que trabalham e às relações que retratam nos materiais de *marketing* e para os *media*. As narrativas do herói ocidental implícitas em muitas narrativas da pornografia da pobreza são o resultado imediato das dinâmicas de poder. Se o objectivo é empoderar comunidades para que se ajudem a si próprias de forma sustentável, atitudes paternalistas devem ser substituídas por parcerias igualitárias.

ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO. O público em geral é muito difícil de mudar. As pessoas podem “ter fome” de um determinado tipo de história (criança com fome) e não se satisfazerem com imagens de comunidades auto-suficientes que imaginam em dificuldade e indefesas. No entanto, na maioria dos casos, o dinheiro de um doador é aplicado na promoção de uma mudança estrutural de longo-prazo e não para alimentar a criança faminta que viram num cartaz. As organizações têm de encontrar formas de fazer as pessoas entender qual o impacto da sua doação.

O QUE PODE SER FEITO? Realinhar o sentimento do público será o resultado de uma mudança educacional e cultural difundida. Será um processo com um âmbito mais abrangente do que uma campanha contra a pornografia da pobreza poderá alcançar sozinha. O público é uma entidade em constante transformação, afectado pela história e pela memória; é por isso que necessitamos de criar estratégias cativantes, criativas e dinâmicas para envolver as pessoas no nosso trabalho.

¹VERSÃO EDITADA E TRADUZIDA DO ARTIGO “WHEN FUNDRAISING HARMS DIGNITY”
PUBLICADO NO BLOG “WAIT...WHAT?” A 26 DE JUNHO DE 2013

À CONVERSA COM...

ELÍSIO MACAMO

PROFESSOR DE ESTUDOS AFRICANOS NA
UNIVERSIDADE DE BASILEIA, SUÍÇA

ENTREVISTA REALIZADA POR
LILIANA AZEVEDO
GESTORA DE PROJECTOS NA
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO
DA PLATAFORMA

ENQUANTO ACADÉMICO AFRICANO A RESIDIR NA EUROPA, COMO OLHA PARA A COBERTURA MEDIÁTICA DAS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO?

É difícil dar uma resposta geral à questão. Há muitas diferenças dependendo do país, dos temas na ordem do dia desse país e dependendo também de quem se debruça sobre os assuntos. De um modo geral, porém, posso dizer que fazem falta duas coisas que me parecem essenciais. Faz falta um maior sentido de diferenciação que permitiria que se olhasse para os problemas do Desenvolvimento dentro dos seus contextos específicos.

A corrupção, por exemplo, é um problema sério, mas ela não é a mesma coisa em Moçambique ou no Malawi, nem é a mesma coisa quando praticada em circunstâncias diferentes no interior do mesmo país. Ao invés de privilegiarmos a perspectiva que nos encoraja a usar a palavra “corrupção” como uma categoria moral que esgrimimos como arma normativa, devemos ser capazes

de sempre colocar a seguinte pergunta: em que circunstâncias é que certa forma assumida pela corrupção constitui problema? É pelo menos assim que aprendi a colocar questões no meu trabalho científico. Não aprendi a condenar tudo sem referência ao contexto. Aprendi a diferenciar e a saber apreciar a importância do contexto para que um determinado fenómeno adquira certa pertinência para a acção (política, social e económica).

Faz também falta um conhecimento da história social europeia por parte de um número considerável de quem, na Europa, se interessa pelo Desenvolvimento africano. Se houvesse essa preocupação, muitos haviam de nos poupar os assomos de surpresa que evidenciam quando observam certos fenómenos em África. Este é particularmente o caso no que diz respeito às epidemias (temos hoje o caso sério do vírus do ébola). Era preciso saber como a Europa lidou com a sífilis, com a peste bubónica, com os vários surtos de cólera, etc. para ser capaz de entender as reacções africanas a esses males. Olhamos para o vírus do ébola, por exemplo, como resultado de formas culturais africanas.

Esquecemos, contudo, que doenças levadas pelos colonos europeus às Américas mataram mais gente do que as armas de fogo. E trata-se de doenças com o mesmo tipo de etiologia que o ébola. A varíola, por exemplo, que dizimou gente na América, partiu da domesticação do porco na Europa... Estou a pensar também nas ideias aventureiras que havia até há bem pouco tempo, isto é antes da descoberta da penicilina, em relação à sífilis na Europa. 15% da população de Paris era sífilítica e pelo facto de afectar principalmente intelectuais muitos até viam uma ligação

entre ela e inteligência de tal modo que muitos aspirantes a intelectuais ficavam felizes da vida assim que ficassem afectados. E curava-se a sífilis com mercúrio...

‘MUITAS AGÊNCIAS QUE SE OCUPAM DO AUXÍLIO AO DESENVOLVIMENTO TÊM MUITAS SOLUÇÕES, MAS MUITAS MESMO, PARA PROBLEMAS QUE ELES MUITAS VEZES IGNORAM’

NUMA COMUNICAÇÃO RECENTE, AFIRMOU QUE OS MEDIA NÃO SÃO OS ÚNICOS A CONTRIBUIR PARA “A ILUSÃO DA ÁFRICA CONHECIDA”. A SEU VER, COMO É QUE A ACADEMIA E A INDÚSTRIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNICAM O SEU TRABALHO E CONCORREM TAMBÉM PARA VEICULAR NARRATIVAS SIMPLES SOBRE O CONTINENTE?

A academia e a indústria do Desenvolvimento concorrem para isso justamente pela falta de historicidade e diferenciação na maneira como lidam com o continente, mas acima de tudo pelo facto de sempre abordarem o continente como um problema que precisa de ser resolvido. Quando é assim a preocupação nunca pode ser de entender porque um problema prático não requer compreensão; ele requer solução.

Há diferença entre querer saber como

fazer chegar água a quem não a tem e querer saber em que sentido a falta de água constitui um problema.

No primeiro caso interessa-me apenas a solução prática. E muitas vezes essa solução prática vai exigir de mim a representação instrumental de quem não tem água, uma representação que torna necessária a minha presença ao mesmo tempo que faz de quem não tem água um problema.

‘HUMILDADE É O
QUE PRECISAMOS.
A HUMILDADE DE
RECONHECERMOS
QUE SABEMOS POUCO
SOBRE AS COISAS.’

No segundo caso o objectivo é compreender porque estou perante um problema conceitual. A probabilidade de estar mais aberto à complexidade e diversidade da situação e do fenómeno é maior.

Na verdade, o problema é o seguinte: muitos académicos que lidam com a África assim como muitas agências que

se ocupam do auxílio ao desenvolvimento têm muitas soluções, mas muitas mesmo, para problemas que eles muitas vezes ignoram. Há mais soluções do que problemas e isso é sempre mau sinal.

COMO PODEMOS CONTRAPOR ESSAS NARRATIVAS E IR PARA ALÉM DESSA ILUSÃO?

A minha resposta vai parecer um pouco banal, mas não me importo: precisamos de maior humildade. O problema reside aí. Não somos humildes na abordagem das coisas. Karl Jaspers, um filósofo alemão que escreveu sobre a ilusão como patologia (em 1913!), definiu-a como algo que radica na certeza, na incorrigibilidade e na falsidade do conteúdo. É uma doença, pronto. Enquanto muita gente tiver uma versão idealizada da história do Desenvolvimento da Europa muito dificilmente vai poder entender os problemas de África. Vai sempre acreditar na ideia de que o Desenvolvimento é como um livro de receitas, basta seguir as instruções e tudo vai dar certo. O contexto específico em que a Europa logrou o desenvolvimento nunca desempenhará qualquer papel nessa história. A ideia que temos de África resulta muitas vezes

da nossa má compreensão do percurso europeu. Enquanto muita gente pensar que só uma história é possível vai ser difícil ter sensibilidade para a diferença e para a criatividade. Vamos ficar reféns de um quadro normativo que só tece juízos de valor em relação a África. Humildade é o que precisamos. A humildade de reconhecermos que sabemos pouco sobre as coisas.



ELÍSIO MACAMO

À CONVERSA COM...

LOLA HUETE MACHADO

JORNALISTA E BLOGGER

ENTREVISTA REALIZADA POR
LILIANA AZEVEDO
GESTORA DE PROJECTOS NA
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO
DA PLATAFORMA

PLANETA FUTURO É UMA SECÇÃO DO JORNAL EL PAÍS, LANÇADA EM 2013. PORQUE OPTARAM POR CRIAR UMA SECÇÃO DEDICADA ÀS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL?

Foi um conjunto de circunstâncias que esteve na origem desta secção. Já há muitos anos que escrevo sobre estes temas na revista de fim-de-semana do *El País* chamada *El País Semanal*, e depois criei o blogue *África no es un país* porque sempre achei que se publica muito pouco sobre este continente vizinho nos *media* espanhóis em geral.

Após as minhas viagens, sempre fiquei como muitas coisas por escrever, que não chegava a publicar. Para atenuar esta falha lancei o blogue. E foi através deste que tive o primeiro contacto com a Fundação Bill & Melinda Gates, que me convidou para participar numa viagem ao Quénia. Eles financiam há já alguns anos um projecto jornalístico com o *The Guardian*, denominado *Global Development*, que visa informar sobre os problemas do Desenvolvimento em todo o mundo. Considerámos que seria interessante fazer

algo semelhante em castelhano. E assim o fizemos. Foi complicado, eram muitos os requisitos. Era necessário planear uma secção inteira, os conteúdos, e então enviar-lhes a proposta.

Na Fundação Bill & Melinda Gates gostaram e financiam a nossa secção, mas nunca se envolvem nos conteúdos. Este é o selo Gates. Assim começámos em Janeiro com a página *web*: http://elpais.com/elpais/planeta_futuro.html

A página foi muito bem recebida. Abordamos questões de pobreza, de desigualdade, a realidade da infância nos países mais pobres, as questões que afectam as mulheres em contextos de desigualdade, a mortalidade infantil e materna. Contamos que existe fome no mundo e que há doenças negligenciadas, como a malária, que poderiam desaparecer ou ser controladas se os países mais ricos e os políticos o desejassem realmente.

COMO JORNALISTA, QUAL É A SUA VISÃO DA COBERTURA MEDIÁTICA DOS CHAMADOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO?

Como referi acima, [a cobertura mediática] é muito escassa. A informação sobre África limita-se a mortes, catástrofes e escândalos. A recente epidemia de ébola evidencia a visão absolutamente egoísta e egocêntrica dos países desenvolvidos. É uma forma de tratar um continente e os seus habitantes que eu considero inadmissível e imoral: uma cobertura mediática impressionante para um doente de ébola espanhol, alemão ou nova-iorquino e o silêncio para milhões de doentes em África, onde, além disso, está o foco de contágio. Isto mostra o desequilíbrio do mundo e dos próprios *media* (e seus jornalistas). A pobreza é o grande problema do nosso século. As desigualdades. Como é possível que uma criança esteja a morrer de fome

neste momento? Creio que os jornais devem estar sempre a cobrir estes assuntos.

CRIOU HÁ VÁRIOS ANOS O BLOGUE ÁFRICA NO ES UN PAÍS QUANDO PERCEBEU O QUÃO POUCO SABEMOS SOBRE ESTE CONTINENTE, ALÉM DAS IMAGENS DE SAFARIS, GUERRA E FOME. COMO É QUE A 'INTERNET', OS 'SMART-PHONES' E OS 'SOCIAL MEDIA' ESTÃO A ALTERAR A FORMA COMO A EUROPA VÊ O CONTINENTE AFRICANO?

O blogue foi lançado há três anos. E tem sido um sucesso incrível. Juntaram-se autores e autores, temos imensos textos para publicar. Não conseguimos dar resposta. Estou extremamente feliz que tenha tanta repercussão, sobretudo por representar um aumento de conhecimento sobre o que é África hoje... uma massa de gente jovem já conectada (o telemóvel é um elemento do quotidiano mesmo para os mais remotos povos indígenas) que sabe o que se passa no mundo, próximo e distante. Os mais recentes movimentos políticos em diversos países (não nos esqueçamos que existem 55 em África), como no Burkina Faso, estão directamente relacionados com a rapidez de comunicação das notícias e a conexão entre as pessoas. Isto vai alterar completamente o panorama político, cultural, tecnológico e social, claro. O telemóvel fez de África uma outra África.



LOLA HUETE MACHADO



PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014

RECURSOS FUDAMENTAIS

ACEP (2010) *Media, Cidadania e Desenvolvimento*

ACEP (2010) *Triângulos Imperfeitos* (vídeo)

Adichie, C. (2009) *O perigo da história única* (vídeo)

Dauvin, P. (2010) *La communication des ONG humanitaires*

Development in Practice (2009), *Citizens' media and communication*, Volume 19, Números 4&5

Dóchas, The Irish Association of Non-Governmental Development Organisations (2014) *The Illustrative Guide to the Dóchas Code of Conduct on Images and Messages*

Fundação Calouste Gulbenkian e ACEP (2012) *Observatório de África, América Latina e Caraíbas: O tratamento dado à informação sobre África pelos Media*

Lewin et al. (2012) *New Roles for Communication in Development?*

Locksley, G. (2009) *The Media and Development. What's the Story?*

Machado, T. (2009) *ONGD: O Papel da Comunicação no seu Conhecimento e Reconhecimento*

Mefalopulos, P. (2008). *Development communication source-book: broadening the boundaries of communication*

Mefalopulos, P. e Tufte, T. (2009) *Participatory Communication: A Practical Guide*

Wainaina, B. (2005) *How to Write about Africa*

UNESCO (2011), *Community media: A Good Practice Handbook*

‘SITES’ DE REFERÊNCIA

África no es un país / Community Media for Development / Media for Development / NGO Storytelling / Social Media for Development

O MUNDO ESTÁ FALANDO, VOCÊ ESTÁ OUVINDO?

‘GLOBAL VOICES’ E MÍDIA CIDADÃ

DAVI PADILHA BONELA

CO-EDITOR DA GLOBAL VOICES EM PORTUGUÊS

Hoje, a conversação global chega até nós através de blogues, *sites*, redes sociais, rádios comunitárias, *podcasts*, vídeos, entre outros. Cruza as fronteiras dos países via sms ou *e-mail*; é compartilhada na mesma velocidade em que um botão é pressionado.

O poder de comunicar está literalmente em nossas mãos. Os fatos de qualquer lugar podem ser contados a qualquer hora, por qualquer pessoa utilizando um telefone celular com acesso à *internet*. Mais do que uma simples conversa, o conteúdo produzido pelos cidadãos é uma fonte de informação que retirou da grande imprensa a exclusividade de noticiar.

A *Global Voices* é uma rede *online* que trabalha para aumentar o poder dessa mídia cidadã, reportando, verificando e traduzindo notícias e histórias contadas pelas pessoas ao redor do mundo. Inaugurada em 2005, no ambiente do *Berkman Center for Internet and Society* da Universidade de Harvard, atualmente há centenas de pessoas engajadas, de diversas nacionalidades, inclusive dos países de língua portuguesa.

A rede está presente em 167 países e em 35 idiomas. Mantém projetos que contam com autores, tradutores, pesquisadores e especialistas de comunicação *online*, a maioria voluntariamente. O projeto Língua estimula a produção e a tradução de artigos em diversos idiomas para superar as barreiras de comunicação entre os povos. O *Advocacy* é composto por blogueiros e ativistas em prol da liberdade de expressão e

do livre acesso à informação *online*. Já *Rising Voices* fomenta o acesso à *internet* nas comunidades menos presentes e representadas *online* através de subsídios e de tutoriais sobre mídia cidadã. Há ainda *RuNet Echo*, *GVBooks* e *Technology for Transparency Network*, que também utilizam a comunicação para o empoderamento das pessoas.

O conteúdo da *Global Voices*, assim como da mídia cidadã em geral, é diferente do produzido pela TV, rádio, jornais e *sites* de notícia. Primeiro, por abordar temas como direitos humanos, questões de gênero, etnicidade e liberdade de expressão. Depois, por cobrir países que ficam em segundo plano nas coberturas internacionais habituais. Além disso, se cobre o mesmo assunto que a grande mídia, mostra outra perspectiva, dando a voz aos atores normalmente ignorados. Também diferencia-se pela linguagem. Valoriza a diversidade de idiomas e suas variações, como no *Global Voices* em Português, que congrega os sotaques da lusofonia.

Ao amplificar as vozes da mídia cidadã, o *Global Voices* revela um mundo vasto, plural, que está falando... E você está ouvindo?

ESTE ARTIGO ESTÁ ESCRITO EM PORTUGUÊS DO BRASIL.

O DESENVOLVIMENTO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

É indiscutível o poder transformador dos *media* na tomada de consciência sobre os problemas globais, nomeadamente na luta contra a pobreza e a exclusão social. Reconhecendo isso, órgãos de comunicação social de referência criaram nos últimos anos espaços dedicados a temas relacionados com o Desenvolvimento à escala global. Apresentamos aqui três dessas iniciativas:

PLANETA FUTURO – EL PAÍS *Planeta Futuro* é uma secção do jornal *El País* dedicado ao desenvolvimento sustentável, centrando-se em temas como os efeitos da globalização, os desafios na alimentação, na saúde, no emprego e na educação, a inovação como motor para o desenvolvimento ou as alterações climáticas. Co-financiada pela Bill and Melinda Gates Foundation, a secção é da responsabilidade de jornalistas e colaboradores do *El País* espalhados pelo mundo em colaboração com diferentes especialistas que fornecem análises enriquecedoras do debate público sobre questões cruciais para a cidadania.

GLOBAL DEVELOPMENT – THE GUARDIAN O jornal britânico *The Guardian* lançou, em 2010, a editoria *Global Development* com o objectivo de estimular o debate e a reflexão sobre questões relacionadas com o Desenvolvimento. Apesar de parcialmente financiado pela Bill and Melinda Gates Foundation, é editorialmente independente e reúne artigos de opinião, notícias, recursos e dados estatísticos sobre as principais questões que afectam a vida de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

BBC MEDIA ACTION A *BBC Media Action* é uma organização sem fins lucrativos da iniciativa da BBC, financeira e legalmente independente desta, porém regida pelos mesmos valores. Centra-se nas questões do desenvolvimento internacional, recorrendo ao poder dos *media* e da comunicação como forma de lutar contra a pobreza e informar as pessoas sobre os seus direitos. A *BBC Media Action* promove também um jornalismo de qualidade, recorrendo a diferentes suportes de comunicação (*online*, rádio, imprensa), numa perspectiva de parceria e capacitação dos actores locais, nomeadamente jornalistas e órgãos de comunicação social dos países em desenvolvimento.



RÁDIO VOZ DO QUELÉLÉ, GUINÉ-BISSAU, ACEP, 2014

PANOS LONDON: ILLUMINATING VOICES

VANESSA MOREIRA

SECRETARIADO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A PANOS LONDON foi oficialmente fundada em 1986 enquanto projecto que deu origem a uma parceria global dinâmica – Panos Network – com a missão de promover o desenvolvimento sustentável e o pluralismo.

O trabalho da PANOS LONDON centrou-se sobretudo na promoção de uma discussão informada e inclusiva em torno do Desenvolvimento, abordando temáticas como as alterações climáticas, a governação, a saúde pública e a informação social, a segurança humana e as migrações ou a investigação em comunicação.

‘O TRABALHO DA PANOS LONDON
CENTROU-SE SOBRETUDO NA
PROMOÇÃO DE UMA DISCUSSÃO
INFORMADA E INCLUSIVA EM TORNO
DO DESENVOLVIMENTO.’

Transversal a todos os projectos que desenvolveu foi a vontade de colocar os mais marginalizados e mais pobres no centro da tomada de decisões que afectam as suas vidas.

Neste sentido, o trabalho da PANOS LONDON baseou-se em quatro pilares distintos: voz, garantindo que as vozes marginalizadas tinham espaço para serem ouvidas; diálogo, promovendo troca de ideias para a melhoria da tomada de decisão e da responsabilização; media, melhorando a qualidade destes nos países em desenvolvimento; e tecnologias da informação e comunicação, fomentado a participação, a democracia e a responsabilização.

Importa aqui destacar o projecto “**Linking southern journalists**” que procurou aumentar e facilitar o acesso a informação, original e com qualidade, relacionada com a vida das pessoas nos países em desenvolvimento feitas por jornalistas locais.

A PANOS LONDON acabou por se extinguir em 2013, após 26 anos de trabalho no campo dos media e Comunicação para o Desenvolvimento. Durante esse período, a instituição juntou um conjunto de recursos informacionais e jornalísticos, disponíveis num arquivo **online**, que trouxe à luz os assuntos não reportados e deu voz a muitas pessoas em situações de pobreza.

A prossecução deste objectivo foi pautada pela convicção de que a Comunicação deve estar no centro do Desenvolvimento Sustentável: é através da Comunicação que os governos se tornam mais transparentes, responsáveis e reactivos às necessidades dos seus cidadãos; é pela Comunicação que a Sociedade Civil consegue aceder a informação e fomentar a monitorização do desempenho governativo, criar redes de indivíduos, grupos e organizações que a fortalecem e na qual os envolve facilitando os processos de mudança; é por via da Comunicação, apoiada em media diversos, dinâmicos e livres, que é possível colocar na agenda pública os temas do Desenvolvimento e responsabilizar os decisores políticos” depois de “Transversal a todos os projectos que desenvolveu foi a vontade de colocar os mais marginalizados e mais pobres no centro da tomada de decisões que afectam as suas vidas.

PANOS NETWORK:

PANOS INSTITUTE SOUTHERN AFRICA

INSTITUTO PANOS AFRIQUE DE L'OUEST

PANOS EASTERN AFRICA

PANOS CARIBE

PANOS SOUTH ASIA

INSTITUT PANOS EUROPE



CONTAR HISTÓRIAS POSITIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

HANS ZOMER
DIRECTOR DA DOCHAS – THE IRISH ASSOCIATION OF
NON-GOVERNMENTAL DEVELOPMENT ORGANISATIONS

Um dos maiores problemas das ONGD prende-se com o facto de as “boas notícias” não fazerem manchetes.

A atenção dos *media* nas “notícias” – no inesperado e no dramático, melhor dizendo – significa que estamos a desperdiçar algumas das maiores histórias do nosso tempo. A melhoria lenta das condições de vida, o aumento gradual das taxas de matrícula na escola e os progressos constantes no sentido da redução da pobreza extrema são processos que requerem tempo para fazer boas histórias para os *media*. Um estudo levado a cabo pela Dóchas concluiu que mais de metade da população na Irlanda acha que África não está numa situação melhor do que há 20 anos – apesar das fortes evidências que atestam um grande crescimento económico no continente. A questão é que as notícias positivas sobre os países em desenvolvimento simplesmente não fazem manchetes, não chamam a atenção.

Estas são algumas das outras grandes histórias que poucas pessoas terão visto nos meios de comunicação ditos *mainstream*:

/ Há apenas 20 anos, muitos dos países que actualmente são FINANCIADORES bem posicionados faziam parte da lista de países RECEPTORES da ajuda ao desenvolvimento, ou estavam a fazer a transição para deixar de o ser

/ Nove em cada dez crianças em idade escolar estão agora a frequentar a escola – um feito histórico

/ África “está repleta de uma nova e emergente geração de pessoas inovadoras, com pensamento criativo e empreendedoras audazes que constantemente inventam e desenvolvem novas tecnologias”

Estas, e muitas outras histórias que merecem ser contadas, aparecem no nosso serviço noticioso “**The World’s Best News**” (disponível no *Facebook, Tumblr, Instagram e Flipboard*).

Ao dar destaque a histórias de mudança que ilustram os enormes progressos que têm vindo a registar-se em muitos países em desenvolvimento, é nossa intenção ajudar a equilibrar a cegueira óbvia que muitos dos principais meios de comunicação desenvolveram quando se trata do mundo global.

Muitas das mudanças mais importantes no nosso mundo não são repentinas, nem dramáticas, são, sim, mudanças lentas e progressivas, nunca fazendo manchetes mas antes alterando gradual e inexoravelmente o contexto no qual trabalhamos e vivemos. Mudanças estas que são demasiado subtis, ou demasiado graduais, para que o nosso insaciável apetite por “notícias” se aperceba.

A história geral do “desenvolvimento global” é positiva, apesar de não o parecer, visto que frequentemente os *media* e os relatórios das próprias ONG destacam os muitos problemas com os quais os países em desenvolvimento se deparam.

O “**The World’s Best News**” é um serviço noticioso com histórias que não fazem parte das notícias convencionais, mas que são igualmente importantes e muitas vezes surpreendentes. Este serviço é a nossa tentativa de desafiar o pensamento colectivo acerca da ajuda ao desenvolvimento e de empoderar as pessoas para que possam tomar decisões informadas sobre o mundo em que vivemos.

AID TRANSPARENCY INDEX 2014

GRUPO DE TRABALHO AIDWATCH DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Lançado a 8 de Outubro pela *Publish What you Fund*, o **Índice de Transparência da Ajuda ao Desenvolvimento 2014** (ATI, na sigla em inglês) é um relatório anual que avalia o desempenho dos principais financiadores internacionais neste domínio e tem-se afirmado como o principal instrumento para avaliação qualitativa dessa transparência relativamente a 68 organizações e agências internacionais de Ajuda ao Desenvolvimento, de entre as quais o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP, entidade pública nacional responsável pela coordenação e execução das políticas públicas de Cooperação para o Desenvolvimento.

As conclusões do ATI de 2014 sublinham que, apesar dos compromissos internacionais sobre a transparência reiteradamente assumidos pelos decisores políticos, a maioria dos financiadores europeus continua a não disponibilizar, publicamente e de forma facilmente acessível, informação suficiente para uma avaliação eficaz dos seus projectos e actividades de Cooperação para o Desenvolvimento.

Num *ranking* liderado este ano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e em que a China ocupa o último lugar pelo segundo ano consecutivo, a nível europeu tem-se acentuado a diferença entre as organizações com melhor e pior desempenho. A maioria dos doadores da União Europeia (UE) tem registado progressos quase nulos e 19 Estados-Membros da UE são classificados no ATI nas categorias de desempenho “fraco” ou “muito fraco”, incluindo Itália, Letónia, Luxemburgo, Grécia e Portugal.

PORTUGAL NA 27.ª POSIÇÃO DO ‘RANKING’

Relativamente a Portugal, o Camões, I.P. ocupa o 27º lugar entre 50 financiadores bilaterais, com uma pontuação global de

‘A MAIORIA DOS FINANCIADORES EUROPEUS CONTINUA A NÃO DISPONIBILIZAR [...] INFORMAÇÃO SUFICIENTE PARA UMA AVALIAÇÃO EFICAZ DOS SEUS PROJECTOS E ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.’

26,5%, construída através da análise de 39 indicadores. Apesar deste resultado globalmente baixo, o relatório assinala que são vários os progressos registados face a 2013, sublinhando um bom desempenho ao nível da publicação de informação financeira e de planeamento global. É ao nível dos dados financeiros sobre projectos e actividades específicas e da respectiva avaliação de impacto que se verificam as principais falhas de Portugal.

Pedro Krupenski, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, referiu que “é justo assinalar os progressos verificados. Contudo, numa conjuntura em que os recursos alocados à cooperação para o desenvolvimento são escassos, é (ainda mais) fundamental garantir que a aplicação do dinheiro público seja eficaz face aos objectivos propugnados e ao impacto que tem na vida das pessoas. Como tal, é precisamente na área da avaliação de impacto das actividades de cooperação que terão que se verificar progressos urgentes. Doutra modo corre-se o sério risco de se gastar muito em muito pouco, no que diz respeito à melhoria de condições de vida das comunidades apoiadas”.

AID TRANSPARENCY INDEX
2014 REPORT

por PUBLISH WHAT YOU FUND
em 2014
língua INGLESA



O MUNDO QUE TEMOS, O MUNDO QUE QUEREMOS...

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Realizou-se, no passado dia 28 de Outubro, o 1.º Fórum de Educação para o Desenvolvimento (ED) em Portugal.

O acolhimento deste fórum na Assembleia da República, sob o tema “a importância do exercício da cidadania global”, permitiu não só sublinhar a importância da matéria na actualidade e reforçar o reconhecimento institucional da ED, como também reflectir sobre a centralidade de uma participação cidadã activa e atenta, como base da sustentabilidade da própria democracia. Nesta medida, criar espaços de participação mais próximos e acessíveis dos cidadãos e cidadãs, onde todos/as possam ter voz nas tomadas de decisão e todos/as se possam co-responsabilizar revelou-se, neste fórum, como algo a desenvolver e a reforçar no exercício autêntico da cidadania.

Partindo da perspectiva do mundo que temos para o mundo que queremos, foi clara a necessidade de procurarmos um modelo de ED assente no respeito e valorização de todas as formas de saber, em que a resposta a problemas e desafios globais exigirá sempre uma compreensão partilhada de uma consciência global, como um problema comum. De facto, as tensões entre o local e o global num mundo cada vez mais globalizado foram também alvo de reflexão, apresentando-se o local como o palco da diversidade cultural e da diferença, no qual há necessidade de fazer compromissos. Na verdade, o global concretiza-se sempre no local, pois, como foi reforçado, as acções individuais têm um impacto global: pensar global e agir local.

Neste caminho, a Escola assume um papel imprescindível, cuja centralidade e metodologias importa rever. Quer-se uma escola não centrada em resultados, mas sim num mo-

delo de desenvolvimento pessoal e cidadão, que não só seja espelho da complexidade da sociedade, mas que, sobretudo, seja capaz de se constituir como um instrumento crítico para o desenvolvimento.

A escola não é, no entanto, o único agente neste caminho de aprendizagem. O poder político e as próprias famílias são espaços importantes que, como foi notado no fórum, devem ser privilegiados no trabalho de tomada de consciência do que é a Cidadania Global.

... E COMO CHEGAMOS LÁ?

Como exemplos do caminho a traçar, foram deixados alguns desafios: desde envolver e estimular um compromisso efectivo dos cidadãos/ãs, a longo prazo; reconhecer e valorizar activamente riquezas e recursos não materiais e até, no âmbito específico da ED, repensar a lógica da avaliação e análise dos resultados. Aqui, será necessário reflectir exactamente sobre o que significam os resultados e como os medir, até porque, como foi destacado no fórum, se avaliarmos a ED pelos padrões da Cooperação para o Desenvolvimento, corremos o risco de falhar.

Outro dos desafios lançados foi o de reforçar o compromisso com a **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)**, e de a avaliar, de forma permanente, juntando forças entre parceiros, e destacar e aprender com as práticas já implementadas, não esquecendo os fundos de financiamento, as organizações mais recentes ou de pequenas dimensões ou até outros actores, como as autarquias.

Foi também evidenciada a necessidade de clarificar o que entendemos por Educação para o Desenvolvimento ou Educação para a Cidadania Global, não receando a questão central: “Temos poder para mudar o que sentimos como injusto no mundo? E pensar juntos renovadamente a teoria da mudança: acreditamos, de facto, na mudança?”

Estes desafios e questões deixadas em aberto não podem fazer parte, tal como o fórum ED, a ENED, os estudos apresentados e o trabalho partilhado, de um “momento isolado” ou de um ponto de chegada, mas devem constituir sim um ponto de partida para continuarmos todo/as e conjuntamente esta reflexão para a acção sobre o mundo que temos, o mundo que queremos e de que modo podemos “chegar lá”.

valores

TESE
Associação
Desenvolvimento
Cooperativo Português

AQUI O LIXO ORGÂNICO

● Restos de

● Folhas

**AQUI
O RESTO**



PUBLICAÇÕES



GLOBAL EDUCATION IN PORTUGAL

THE EUROPEAN GLOBAL EDUCATION PEER REVIEW PROCESS

por GENE – GLOBAL EDUCATION NETWORK EUROPE

em 2014

língua INGLESA

Apresentado oficialmente na Assembleia da República no dia 28 de Outubro de 2014, o relatório analisa o estado da educação global em Portugal com base numa consulta que contou com o envolvimento de ministérios, comissões parlamentares, sociedade civil, entre outros sectores. Este relatório, que resulta de um exame inter-pares, realça a qualidade do trabalho desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e apresenta algumas recomendações, por exemplo, a necessidade de capacitação das organizações para que o bom trabalho da fase de inicial de implementação da ENED se mantenha.



SUR

COMMEMORATIVE ISSUE: HUMAN RIGHTS IN MOTION

por CONECTAS

em 2014

língua INGLESA

Esta edição especial da Revista SUR analisa a evolução do mo-

vimento dos Direitos Humanos na última década, destacando os progressos tecnológicos e como estes contribuíram para o crescimento dos movimentos sociais. O resultado é um roteiro sobre o movimento global dos Direitos Humanos no século XXI, traça o panorama actual e para onde este se dirige, estando organizado em seis categorias: linguagem, temas, perspectivas, vozes, ferramentas e multipolaridade.

Aborda ainda como o empoderamento das organizações do Sul contribui para que estas tenham uma maior influência na definição da agenda de desenvolvimento. A revista foi criada há dez anos com o objectivo de fortalecer os laços entre académicos e activistas do Sul Global que trabalham no domínio dos Direitos Humanos.



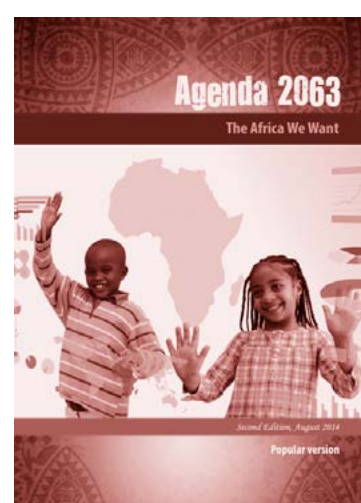
GUÍA DEL RELATO: EL ARTE DE TENDER PUENTES MEDIANTE TÉCNICAS NARRATIVAS

por AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN

em 2006

língua ESPANHOLA

Este é um guia prático que se destina a organizações interessadas em utilizar o relato como forma de capitalizar experiências e transferir aprendizagens. Propõe diferentes métodos, reflectindo sobre os aspectos práticos e também sobre os riscos inerentes a estas técnicas.



AGENDA 2063

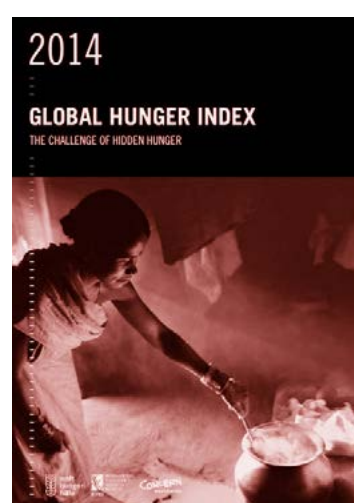
THE AFRICA WE WANT

por AFRICAN UNION COMMISSION

em 2014

língua INGLESA

A Agenda 2063 apresenta 67 ideias e aspirações para que o futuro do continente africano seja um futuro melhor: para uma África mais próspera com base no desenvolvimento sustentável e no crescimento inclusivo, onde a boa governação, a democracia, o respeito pelos Direitos Humanos, a justiça e a paz sejam uma realidade.



GLOBAL HUNGER INDEX 2014

THE CHALLENGE OF HIDDEN HUNGER

por INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE

em 2014

língua INGLESA

O Índice apresenta os progressos na redução da proporção de pessoas com fome no mundo e descreve o que tem sido feito no sentido de aliviar a falta de nutrientes essenciais na alimentação e de como sustentavelmente promover a segurança alimentar, propondo recomendações de políticas.



THE GLOBAL GENDER GAP REPORT 2014

por WORLD ECONOMIC FORUM

em 2014

língua INGLESA

Este relatório, que vem sendo desenvolvido desde 2006, permite quantificar a importância das disparidades baseadas no género ao longo do tempo e identifica os países tidos como modelos na afectação equitativa de recursos. A análise foi centrada nas áreas da saúde, educação, economia e política.

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	NOV 2014		
						1	17-19. EU GRANTS: HOW TO OBTAIN EUROPEAID FUNDING? organizado por MDF BRUXELAS	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL organizado por CIDAADS, Centro de Informação Europe Direct Aveiro e CEIS20 AVEIRO	27. SEMINÁRIO “EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIAL: QUE PAPÉIS PARA O ESTADO, O MERCADO E SOCIEDADE CIVIL?” organizado por APDES PORTO
2	3	4	5	6	7	8			
9	10	11	12	13	14	15	20. DEBATE EM TORNO DO LIVRO “DA GUINÉ PORTUGUESA À GUINÉ-BISSAU: UM ROTEIRO” organizado por CEI-IUL LISBOA	21. MOVICA – MOSTRA DE VÍDEO E CINEMA AFRICANO organizado por ATACA PORTO	27. XI CONGRESSO INTERNACIONAL DO CPR – “MEDITERRÂNEO, A ÚLTIMA FRONTEIRA” organizado por CPR LISBOA
16	17	18	19	20	21	22			
23	24	25	26	27	28	29			
30							20. VI JORNADAS DO AMBIENTE, ENERGIAS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E III ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O	26. CICLO DE CINEMA DIREITOS E DESENVOLVIMENTO organizado por Plataforma ONGD e UNRIC LISBOA	
D	S	T	Q	Q	S	S	DEZ 2014		
	1	2	3	4	5	6	01. IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA AMONET – “A MULHER COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO organizado por AMONET LISBOA	04. CONGRESSO “CLIMA 2014” organizado por APEA AVEIRO	05-08. 6TH WORLD SOCIAL FORUM ON MIGRATION organizado por WFSM e SAFMM JOANESBURGO
7	8	9	10	11	12	13			
14	15	16	17	18	19	20	03-04. CONFERÊNCIAS DE LISBOA organizado por várias Organizações LISBOA	04-05. CONGRESSO INTERNACIONAL DE SAÚDE HUMANITÁRIA organizado por Passo Positivo e Universidade de Fernando pessoa PORTO	10. LIVE FREEDOM III organizado por Amnistia Internacional Portugal LISBOA
21	22	23	24	25	26	27			
28	29	30	31						
JAN 2015									
09. DIPLOMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (DECODE) organizado por INA SANTA MARIA DA FEIRA									
JUL 2015									
08-10. EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES 2015 organizado por IMAF e LAM PARIS									

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A
PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO
ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO
PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA
O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E
ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS
AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE
LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O
DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO
DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS
REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA
ANTI-POBREZA

E&O ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO
FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O
DESENVOLVIMENTO**

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL
DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER
SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E
COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO
HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO
HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO
CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE
MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS
PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESEN-
VOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE-
RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE
E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS
PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER